

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.950 - PE (2017/0179941-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE
PERNAMBUCO-HEMOPE
ADVOGADOS : UBIRAJARA LOPES CARVALHO E OUTRO(S) - PE005575
JEOVANI RODRIGUES NEIVA - PE026263
LAURENE ÁUREA LUCENA TAVARES DE MELO - PE011645
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : JOSÉ AMARO DOS SANTOS
ADVOGADOS : ROBERTA LUNA CERQUEIRA - PE000925B
SANDRO ROBERTO BELTRÃO FARIAS E OUTRO(S) -
PE023006

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 1.265-1.266):

Processual Civil e Civil. Recurso do autor ante sentença que julga improcedente ação de reparação de danos morais e materiais/além de pedido de fixação de pensão os setenta anos, à mingua da total falta de prova de que o Autor [hemofílico] tenha até se contaminado nas transfusões de sangue que recebeu no HEMOPE, com produtos médicos contaminados, fornecidos por qualquer órgão ou entidade da União, f. 692.

O primeiro apelo é do HEMOPE, f. 454-474, a atoar preliminar de cerceamento de defesa, f. 458, à minguia de perícia, temática, aliás; que faltou na peça contestatória, f. 213-237, de modo a ter como preclusa a matéria, além do que o juízo de primeiro grau considerou, mercê da documentação acostada aos autos, ser a parte autora portadora de Hepatite C, f. 432.

Rejeito, assim, a preliminar em foco.

A outra preliminar se liga a legitimidade passiva do Estado de Pernambuco, que foi afastada pelo douto julgador, f. 429, levando em conta que o Hemope já representa o Estado de Pernambuco.

A terceira, se liga a ilegitimidade passiva da recorrente, f. 429, que foi rejeitada na r. decisão, f. 429, inclusive calcada em precedentes, desta Corte, f. 429. Não há motivo para rever, tal posicionamento, sobretudo porquê os atos, aqui discutidos, materializados na contaminação, ocorreram no interior do referido Hemope.

Não há preliminar atroadada pelo autor, f. 488.

Já a União alega a preliminar de prescrição, f. 1122, que foi rejeitada pela douta sentença/f. 431, ao considerar que a ciência inequívoca da transmissão da doença se deu em novembro, de 2003, f. 431, entendimento que se casa com o posicionamento do Pleno em diversas ocasiões, de maneira que, também neste item, não há como nadar contra a correnteza da sentença

atacada.

A outra preliminar da União, f. 1125, a apregoar a nulidade da sentença, por ausência de dilação probatória, também não prospera, se constituindo em matéria que não foi inserida na peça contestatória, f. 362-382. A dilação probatória se dirige a demonstração da condição de portador de Hepatite C do autor, matéria que a doughta decisão já tinha enfrentado e rejeitado, f. 432.

No mérito, a transfusão de sangue sofrida pelo autor, portador de hemofilia, no HEMOPE, resultou na Hepatite C, ficando este e a União, pelo seu dever de fiscalização (vencido o relator) com a obrigação de indenizá-lo em danos morais, fixados em R\$ 30.000,00, e em pensão mensal até completar o autor a idade de setenta anos (por maioria), mantendo-se a condenação dos demandados em honorários advocatícios no total de R\$ 2.000,00, fixados na sentença (vencido o relator, acompanhado pelo des. Rubens Canuto, que aumentava para R\$ 10.000,00).

Provimento parcial do recurso do autor, da União e do HEMOPE.

A recorrente alega a existência de ofensa aos arts. 1.022 do CPC; 1º do Decreto n. 20.910/1932, c/c o art. 192 do Código Civil; 10 e 17 da Lei n. 10.205/2001; 7º da Lei n. 8.080/1990; 7º da Lei n. 7.649/1988; e 219 do CPC/1973.

Aduz que o aresto recorrido foi omissso quanto à análise de dispositivos legais essenciais ao deslinde da controvérsia.

Sustenta que a comprovação da ciência do autor a respeito da contaminação pelo vírus da Hepatite C ocorreu em 1994. No entanto, a ação indenizatória apenas foi proposta em 2011, isto é, quando já ultrapassado o prazo quinquenal previsto no Decreto n. 20.910/1932.

Defende a ilegitimidade passiva da União, uma vez que o referido ente público federal não deu causa à suscitada contaminação viral.

Segundo a recorrente, o suposto evento danoso decorreu de serviços médico-hospitalares oferecidos pelo HEMOPE e pelo Estado de Pernambuco, inexistindo ato ilícito praticado pela União, tampouco foi comprovada a omissão do mencionado ente público federal.

Alega que o termo inicial para o pagamento da pensão, no caso de ausência de requerimento administrativo, deve ser a data da citação.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 1.376-1.413.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do apelo (e-STJ, fls. 1459-1466).

Decido.

O provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou

reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, a recorrente limitou-se a indicar a necessidade de abordagem de alguns pontos pela Corte de origem, sem especificá-los, nem justificar, nas razões do apelo, a importância do enfrentamento do tema para a correta solução do litígio.

A suscitada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A esse respeito, destaco os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF.

1. Inviável o apelo especial quanto à alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se as razões expendidas no recurso forem genéricas, constituindo simples remissão aos embargos de declaração opostos na origem, sem particularizar os pontos em que o acórdão teria sido omissos, contraditórios ou obscuros. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O recurso esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, uma vez que a recorrente não impugnou os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem ao considerar o caráter genérico da vantagem pleiteada por não ter sido realizada avaliação de desempenho dos servidores da ativa.

3. Ainda que superado o referido óbice, o julgado reconheceu o direito dos autores baseado na necessidade de tratamento paritário entre ativos e inativos, garantido pela Constituição Federal, matéria insuscetível de ser examinada em recurso especial.

4. Ademais, esta Turma já se manifestou no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) vem sendo paga de forma genérica aos servidores da ativa, devendo ser estendida aos aposentados e pensionistas no mesmo percentual.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 304.959/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/9/2013, DJe 27/9/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO. DANOS MORAIS.

Superior Tribunal de Justiça

OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO OBTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM MEDIANTE ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece da violação ao art. 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

2. O Tribunal de origem, ao concluir pela responsabilidade da concessionária ao pagamento dos danos morais sofridos pelo autor, entendeu que o dano decorreu da demora no restabelecimento da energia. Assim, para alterar tal conclusão, necessário o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.370.724/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/9/2013, DJe 2/10/2013)

No tocante à prescrição, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fl. 1260):

Já a União alega a preliminar de prescrição, f. 1122, que foi rejeitada pela douta sentença, f. 431; ao considerar que a ciência inequívoca da transmissão da doença se deu em novembro de 2003, f. 431, entendimento que se casa com o posicionamento do Pleno em diversas ocasiões, de maneira que, também neste item, não há como nadar contra a correnteza da sentença atacada.

Como se observa, consignada a comprovação da ciência do autor a respeito da contaminação pelo vírus da Hepatite C no ano de 2003, a reforma das conclusões da Corte de origem, no tópico, atrai o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Com efeito, faz-se necessário o revolvimento dos elementos fático-probatórios da lide para contrastar as conclusões do aresto recorrido e concluir que a comprovação da ciência da contaminação ocorreu em data diversa, nos termos suscitados pela insurgente. Tal providência, como visto, não é permitida no âmbito do apelo especial, consoante o enunciado sumular retromencionado.

Quanto à legitimidade passiva da União, a matéria já foi objeto de decisão definitiva pelo Superior Tribunal de Justiça nestes autos, no julgamento do REsp 1.513.316/PE encontrando-se preclusa.

Ademais, sequer houve o enfrentamento na origem a respeito dos normativos ora impugnados no recurso especial, estando ausente o prequestionamento.

Com relação à suscitada inexistência de nexo causal entre o dano e a conduta da União, a parte recorrente não logrou especificar quais os normativos violados pelo acórdão recorrido, o que atrai a aplicação do impeditivo da já citada Súmula 284/STF.

Ainda que superada essa questão, melhor sorte não assistiria à recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Para se reconhecer que não houve provas sobre a omissão da União no desempenho de suas funções, no caso, é imprescindível o reexame dos elementos probatórios da lide, o que está vedado nos termos da Súmula 7/STJ.

No que tange ao termo inicial do pagamento da pensão, a matéria referente à aplicabilidade do art. 219 do CPC/1973 também não foi objeto de debate na instância ordinária, estando ausente o requisito do prequestionamento.

Incide, portanto, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.



Ministro Og Fernandes
Relator